



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681336 - PE (2021/0226344-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : LUCIANO SOARES DIAS DE SOUZA
ADVOGADO : LUCIANO SOARES DIAS DE SOUZA - PE045199
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : BARBARA MYRELLE NUNES SANTOS (PRESO)
CORRÉU : THAYLSON JOSE SILVA DA PAZ
CORRÉU : EVERTON RODRIGO DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BARBARA MYRELLE NUNES SANTOS, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (HC n. 0001034-93.2021.8.17.9000).

A paciente foi presa em flagrante no dia 21/01/2020, teve a custódia convertida em preventiva e foi denunciada como incurso no art. 121, § 2º, incisos I, III e IV, do Código Penal, c/c o art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O impetrante sustenta que a prisão preventiva careceria de fundamentação idônea, não estando presentes os requisitos necessários para a sua decretação, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que, na hipótese, seria suficiente a substituição do cárcere por medidas cautelares alternativas, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, em especial o monitoramento eletrônico.

Requerem, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva da paciente, mediante a incidência de providências cautelares mais brandas, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

O aresto impugnado, ratificando a decisão de primeiro grau, deixou assente a necessidade da prisão preventiva, destacando o seguinte (e-STJ fl. 88):

Esclareça-se que os autos se tratam de homicídio que extrapola a crueldade já presente nos crimes contra a vida. A vítima recebeu 59 (cinquenta e nove) golpes de faca, foi decapitado e a sua cabeça foi exposta em uma estaca, o que impõe o risco a Ordem Pública, como reconheceu o douto Magistrado a quo quando recomendou a segregação da ora paciente por se tratar de homicídio triplamente qualificado, e a liberdade da acusada coloca em risco

a ordem pública.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência